

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional
Curso de Psicologia



Trabalho de Conclusão de Curso

**Os efeitos do dispositivo amoroso na constituição narcísica das
mulheres**

Helen Carvalho Gomes Soares

Pelotas, 2022

Helen Carvalho Gomes Soares

**Os efeitos do dispositivo amoroso na constituição narcísica das
mulheres**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Camila Peixoto Farias

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S676e Soares, Helen Carvalho Gomes

Os efeitos do dispositivo amoroso na constituição narcísica das mulheres / Helen Carvalho Gomes Soares ; Camila Peixoto Farias, orientadora. – Pelotas, 2022.

44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Psicologia. 2. Narcisismo. 3. Dispositivo amoroso. 4. Mulheres. 5. Psicanálise. I. Farias, Camila Peixoto, orient. II. Título.

CDD : 150

Helen Carvalho Gomes Soares

Os efeitos do dispositivo amoroso na constituição narcísica das
mulheres

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Psicologia, pela Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 06 de dezembro de 2022

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Camila Peixoto Farias (orientadora)
Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Giovana Fagundes Luczinski
Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Jôse Lane de Sales
Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que, no desejo de encontrar-se com o amor, se depararam com uma realidade fria e bruta. Que o mundo lhes possa ser mais generoso

Agradecimentos

O sonho de ser psicóloga nasceu de mim, mas se manteve vivo pelas tantas pessoas que o alimentaram e acreditaram. O sonho é também coletivo.

Agradeço à minha mãe, Daniela. Foi a minha primeira morada neste mundo e mesmo quando decidi voar para longe de casa continuou sendo o meu lugar favorito. Obrigada por me escutar e me amparar em todos os momentos. É uma honra compartilhar as alegrias e as tristezas contigo.

Agradeço ao meu pai, Gerson. O meu primeiro melhor amigo, dono do melhor abraço e das melhores histórias que desde criança ouvia com entusiasmo. A quem me apresentou o mundo das palavras e dos livros, dedico carinhosamente este trabalho que hoje escrevo com minhas próprias palavras. Essa conquista também é tua, pai.

Agradeço ao meu irmão, Mateus. Meu parceirinho e meu maior amor dessa vida. Nenhuma palavra será capaz de expressar o quanto te amo, mas quero que o mundo saiba que eu tenho o privilégio de ter como irmão a pessoa mais doce e incrível.

Agradeço aos meus avós, Maria da Graça e Pedro. Nas minhas mais belas memórias da infância vocês estão presentes. Obrigada pelo apoio incondicional nesse último ano de graduação, vocês foram e são especiais na minha vida.

Agradeço à minha amiga, Rafaela Villar. Que desde o primeiro semestre de faculdade foi a minha parceira não só dos trabalhos e provas, mas da vida. O mundo é um lugar mais bonito por tu existires. Obrigada por me apresentar tantos novos mundos através do teu olhar.

Agradeço à minha amiga, Kizzy. Obrigada por, junto comigo, descobrirmos que existe beleza e alegria nesse mundo que às vezes nos parece tão hostil. Obrigada por cada conversa sobre futuro, psicologia, amor e pela certeza de que não importa o quanto possa ser adverso o caminho, sempre estaremos juntas.

Agradeço à minha amiga, Victória. Obrigada por me amar e me acolher incondicionalmente. Obrigada por crescer junto comigo, por me dar forças nos momentos mais difíceis e celebrar cada conquista. Obrigada por todos momentos que acreditaste em mim e, assim, me fez acreditar também. Eu vou ser sempre grata a ti. Em ti tenho a certeza de que nunca estarei sozinha e tu também não estarás.

Agradeço à Cristiele. A quem mudou minha percepção sobre o amor, obrigada

por topar junto comigo a viver essa aventura. Em ti, tenho todo afeto e admiração. Obrigada por me mostrar o teu mundo e por se permitir conhecer o meu, sou feliz contigo.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Camila. Sem ela não seria possível esse trabalho existir. Obrigada por me apresentar a psicanálise, mas também por apostar e acreditar num outro mundo possível, feito pelo afeto, pela escuta e pelo profundo respeito. Minha trajetória acadêmica e de vida está profundamente atravessada por cada uma de tuas contribuições. Obrigada por acreditar em mim e nessa pesquisa.

Agradeço ao Pulsional - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise e a cada um dos colegas. Cada uma das discussões, dúvidas e descobertas compartilhadas foram fundamentais para o meu percurso acadêmico e, com certeza, ecoará em toda minha vida profissional.

Agradeço à banca, professora Jôse Lane de Sales e a professora Giovana Fagundes Luczinski. Obrigada por estarem nesse momento tão importante e contribuírem com esse trabalho.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Pelotas, ao curso de Psicologia, aos funcionários e todos aqueles que trabalham para garantir o sonho de tantos. Graças a uma universidade pública, gratuita e de qualidade é que se fez possível realizar o meu sonho, é a isso sempre serei grata.

Resumo

SOARES, Helen Carvalho Gomes. **Os efeitos do dispositivo amoroso na constituição narcísica das mulheres**. Orientadora: Camila Peixoto Farias. 2022. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Essa pesquisa tem como objetivo discutir os possíveis impactos do dispositivo amoroso na constituição narcísica das mulheres e suas consequências. Para viabilizar a discussão, usou-se do conceito de dispositivo amoroso proposto pela pesquisadora Valeska Zanello em diálogo com o conceito de narcisismo de Sigmund Freud. O dispositivo amoroso problematiza o amor e as relações amorosas em nossa sociedade, uma vez que, a forma como nos vinculamos afetivamente está atravessada pelos regimes de poder e não apenas situada num campo reduzido somente à esfera privada das relações íntimas pessoais. Desse modo, o dispositivo amoroso é uma importante categoria analítica para compreendermos o sofrimento psíquico que acomete as mulheres e que está profundamente atravessado pelas construções sociais e culturais de gênero. Já o uso do conceito de narcisismo é primordial para a discussão, uma vez que, a psicanálise encara os relacionamentos amorosos não somente como uma expressão da sexualidade/afetividade humana, mas como um resultado decorrente do modo de subjetivação e constituição do Eu. Portanto, procuramos, ao longo do trabalho, complexificar a discussão a partir da perspectiva de gênero, visto que, não é possível pensar a constituição narcísica e seus desdobramentos nos investimentos amorosos sem considerar esse marcador social.

Palavras-chave: Dispositivo amoroso. Narcisismo. Mulheres. Gênero. Psicanálise.

SUMÁRIO

1 Introdução	10
2 Desenvolvimento	12
2.1 Contextualização Histórica.....	12
2.2 O conceito de dispositivo amoroso.....	19
2.3 Dispositivo amoroso e seus efeitos na constituição narcísica das mulheres.....	26
3 Considerações Finais	42
Referências Bibliográficas	44

1 Introdução

Vemos, atualmente, crescer assustadoramente os números de feminicídio e violência contra mulheres no contexto dos vínculos amorosos. Os dados oficiais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública registraram no ano de 2020 cerca de 1350 casos de feminicídio, o que seria um caso a cada seis horas e meia. Isso evidencia a importância de complexificar a análise das construções das relações afetivas em nossa sociedade, principalmente quando pensadas a partir de uma perspectiva de gênero. A naturalização das violências físicas, sexuais, materiais às mulheres tem como alicerce anterior ideais afetivos que sustentam um lugar de extrema vulnerabilidade e que empurram as mulheres a permanecer e, muitas vezes, a não reconhecer ciclos de violência em nome do amor.

Tendo isso em vista, este trabalho discute a forma como as mulheres experienciam as relações amorosas em nossa sociedade. Para isso, iremos tensionar a discussão a partir do conceito de *dispositivo amoroso* proposto pela pesquisadora e psicóloga Valeska Zanello (2018) articulado ao conceito de narcisismo proposto por Sigmund Freud (1914). Assim, é necessário, primeiramente, que possamos compreender que os vínculos amorosos não possuem apenas uma dimensão singular, própria da história de cada sujeito, mas que também são mediados pela lógica social, que através dos regimes de poder - dentre os quais destacamos o patriarcado e o racismo - definem a forma que devem ser vivenciados (Zanello, 2018). Portanto, é necessário que se possa deslocar a dimensão dos relacionamentos afetivos íntimos da vida privada - sem desconsiderar suas reverberações singulares - os situando dentro de uma perspectiva sócio-histórica.

Assim, uma das possibilidades para análise do tema que iremos propor é a perspectiva de gênero, uma vez que, o gênero é uma categoria social que marca especificidades na constituição subjetiva dos indivíduos (Zanello, 2018). Pois, a partir das construções de gênero, há uma série de imperativos que categorizam binariamente os sujeitos e os hierarquizam socialmente (Haraway, 1991). Essa hierarquia produzida pela divisão de gênero coloca as mulheres em posição subalterna e de extrema vulnerabilidade tanto socialmente quanto em termos psíquicos. Historicamente, as mulheres têm sido lançadas à invisibilidade social, sendo vítimas de diversas formas de violências que foram naturalizadas e fomentadas pelas instituições de poder (Federici, 2017). Assim, têm suas vidas marcadas por inúmeras agressões sejam físicas, materiais ou simbólicas.

E, para que possamos desenvolver o tema em questão, podemos pensar em como a imposição de gênero aos sujeitos é fruto de processos históricos, culturais e políticos que tem por objetivo legislar vidas e as colocar em oposição a fim de um fortalecimento dos regimes exploratórios de poder (Haraway, 1991). Assim, compreendemos que um dos pilares de sustentação do patriarcado se manifesta na configuração dos relacionamentos amorosos. A ideia de dispositivo amoroso proposto por Valeska Zanello (2018) funciona como um operador central na vida das mulheres, sendo resultado da subalternização histórica que elas vêm sofrendo.

Dessa forma, realizamos essa discussão a partir da perspectiva psicanalítica. A importância da psicanálise para o trabalho se dá por dois motivos: primeiramente, o trabalho surge da clínica psicanalítica. É a partir da escuta das pacientes, durante o estágio obrigatório de clínica, que percebemos como as experiências amorosas estão intimamente ligadas ao modo como essas mulheres reconhecem a si mesmas e a seus adoecimentos psíquicos. O segundo motivo, se refere a psicanálise não só como uma ferramenta clínica, mas também na sua capacidade teórico-científica. Laplanche (2015) traz que a pesquisa psicanalítica na universidade, longe de constituir um enclave institucional e oficial, é capaz de oferecer uma dupla garantia: o rigor e a ousadia do debate e o reconhecimento de um campo epistemológico independente e plenamente legítimo. Dentro do campo psicanalítico estabelecemos uma delimitação, iremos trabalhar com o conceito de constituição narcísica proposto por Sigmund Freud (1914), visando pensar os efeitos da lógica do dispositivo amoroso para a constituição narcísica das mulheres.

Pensar a relação das mulheres com as experiências amorosas é poder refletir e problematizar sobre uma construção histórica social que as sequestra de suas potencialidades e mortifica suas subjetividades. Compreendendo, então, que gênero se trata de uma categoria relacional que reúne aspectos culturais, sociais e políticos. Discutiremos no próximo tópico, brevemente, a contextualização histórica no qual a sociedade ocidental estruturou as noções de gênero. Para, então, nos determos ao dispositivo amoroso a partir de uma leitura psicanalítica.

2 Desenvolvimento

2.1 Contextualização Histórica

Para iniciarmos a discussão a partir de uma perspectiva de gênero é fundamental que antes possamos compreender seu conceito e o situar num tempo histórico, político e cultural. Na cultura ocidental, estabelecida sob o regime do patriarcado, a diferenciação dos sujeitos pelo gênero compreende a uma das diversas ferramentas de disciplinamento e controle dos corpos sob uma lógica binária. A oposição entre feminino e masculino produz uma relação hierárquica entre os sujeitos, ou seja, o gênero além de um conceito também é um dispositivo organizador de uma hierarquia social (Haraway, 1991). Dessa forma, há uma disseminação de conceitos e práticas normativas que definem o que é ser homem e mulher, quais papéis devem ser desempenhados e de que maneira devem se relacionar entre si.

A cristalização dessas definições, ao longo do tempo, provocaram um discurso de naturalização e essencialização desses conceitos onde os corpos que não obedecem a tais normativas são coagidos e punidos socialmente (Butler, 1998). A categorização de gênero se impõe como oriunda da diferença dos sexos, como recurso para evidenciar diferenças biológicas e anatômicas entre os indivíduos. A partir desse discurso biologizante é que se naturalizou a ideia de inferioridade feminina em favor da superioridade masculina (Haraway, 1991). Portanto, indo na contramão da naturalização dessas categorizações, reconhecer a dimensão histórico social do conceito de gênero nos permite complexificar, especialmente, a análise da experiência de vida das mulheres e sua subjugação como parte de um processo histórico, social e cultural.

Para que possamos compreender essa desigualdade entre homens e mulheres, e, principalmente, a submissão das mulheres, começemos por um breve resgate histórico da dominação feminina no ocidente. Além disso, ter acesso a história das mulheres e a origem de suas opressões nos lança pistas importantes para compreender as reverberações não só sociais e econômicas, mas também os impactos subjetivos decorrentes desses processos históricos de violência. Desse modo, para compreendermos esses aspectos citados, trazemos a autora Silvia Federeci (2017) que reflete criticamente em *O Calibã e a Bruxa* acerca da história vivida por mulheres, principalmente, da história que foi invisibilizada na análise social

marxista a respeito da origem da opressão da classe trabalhadora, ignorando a especificidade da opressão feminina. Porém, a autora não traz uma reflexão crítica profunda a respeito do entrelaçamento de gênero e raça no contexto da formação proletária, ou seja, ignora as especificidades que atravessaram mulheres racializadas trabalhadoras, se concentrando na experiência das mulheres proletárias brancas européias.

Traremos, então, algumas observações fundamentais que Silvia Federeci (2017) faz a respeito da transição do mundo feudal para o capitalismo, partindo de uma perspectiva feminista. Reconstruindo a história das mulheres nesse período decisivo da história mundial, Silvia Federeci (2017) lança luz a estruturas ocultas de dominação e exploração que impactam diretamente nas relações capitalistas até hoje. Esse momento de transição econômica, social e política promoveu a categorização das mulheres enquanto uma concepção degradada da realidade corporal a fim da consolidação do poder patriarcal e naturalização da exploração do trabalho feminino.

Em um apanhado histórico, Federeci (2017) traz que as mulheres brancas no período da Idade Média, na Europa, tinham participação significativa nas comunidades em que viviam. O trabalho que desenvolviam como artesãs, agricultoras, tecelãs, entre outras atividades era responsável por garantir a manutenção e sustento da família assim como o trabalho desenvolvido pelos homens. Mesmo não havendo uma igualdade ideal entre os sexos, já que a propriedade de terras e a produção final do trabalho ainda estavam em nome dos homens.

Outro ponto importante desse período trazido por Federeci (2017) é sobre a apropriação do próprio corpo pela mulher. O parto, por exemplo, era um evento protagonizado por mulheres. A profissão de parteira tinha valor significativo na comunidade. Havia uma transmissão de conhecimento perpassado entre gerações, não apenas sobre o parto e pós-parto, mas também para o controle reprodutivo. O aborto era outra prática realizada por várias mulheres, principalmente pobres, através do conhecimento de ervas. A possibilidade de certa apropriação do próprio corpo é fundamental para pensarmos a maneira como as mulheres daquele período se organizaram e criaram uma rede de conexões para partilhar conhecimentos que pudessem gerar alguma autonomia sobre sua sexualidade. O que mais tarde vai ser um ponto crucial de ameaça ao regime do capitalismo e o alvo principal de

destruição.

No decorrer desse período trabalhadoras e trabalhadores lideraram inúmeras revoltas contra os reinados a fim de garantir maior valorização pelos trabalhos exercidos e a possibilidade da apropriação de terras. O resultado desses conflitos entre a classe pobre trabalhadora e a classe abastada deram início a um período de transformações em todas os âmbitos da sociedade. Estabeleceu-se assim um novo sistema de mundo baseado na acumulação do capital e exploração do trabalho da classe pobre. Assim, sob um novo regime político e econômico, o capitalismo se instaura, lançando mão de estratégias de controle dos corpos, com o objetivo da exploração máxima do proletariado para a manutenção e concentração de capital da burguesia. É nesse regime que as mulheres que antes tinham certo domínio de suas produções e participação na economia familiar são gradativamente retiradas do mundo do trabalho e confinadas em suas casas, sendo exclusivamente as responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado com os filhos.

Aqui, cabe ressaltar, que a retirada das mulheres dos ambientes de trabalho foi uma estratégia política do Estado para transformar o corpo feminino numa máquina de exploração reprodutiva para dar continuidade a classe trabalhadora. Essa mudança do lugar social das mulheres brancas sendo restrito ao ambiente doméstico foi incorporada por todos os setores da sociedade, fomentando divisões dentro da própria classe trabalhadora. Se antes havia um certo grau de igualdade entre homens e mulheres pobres na reivindicação da valorização de seus trabalhos, após essa transformação dentro da própria classe proletária os homens já começavam a excluir as mulheres da economia familiar e as destinavam apenas ao serviço doméstico. Assim, disseminou-se a ideia de que o trabalho doméstico e a maternidade faziam parte de um destino biológico das mulheres (Federici, 2017).

Uma das políticas mais bem sucedidas implementadas pelo Estado com o objetivo de garantir o controle na vida das mulheres foi a instauração da Santa Inquisição, a Caça às Bruxas. Uma vez que o Estado precisava das mulheres para a reprodução de novos trabalhadores, a Caça às Bruxas surge como uma estratégia de vigiar e ter controle sobre suas sexualidades. A queima das bruxas na fogueira além de punir as mulheres acusadas de heresia contra a Igreja ou de “crimes reprodutivos” como, por exemplo, o aborto, também era uma forma de enfraquecer possíveis articulações de resistência e união entre mulheres. Por isso, era encorajado que outras mulheres denunciasses caso tivessem conhecimento de alguma transgressão cometida. Dessa forma, a experiência das mulheres foi sendo

confinada apenas à esfera privada de suas casas e famílias sem a possibilidade de acessarem espaços públicos e possuírem autonomia sobre seus próprios corpos.

Feredeci (2017) fala desse processo de confinamento doméstico das mulheres brancas e exploração de seus corpos pelo trabalho reprodutivo como a mais bem sucedida estratégia de alienação do próprio trabalho que as mulheres sofreram e que se arrastou ao longo da história sendo uma realidade até os dias atuais. Assim, as mulheres faziam e ainda fazem toda a manutenção da casa e dos cuidados dos filhos sem que seus trabalhos sejam reconhecidos como essenciais para a manutenção da vida e da sociedade. A alienação do próprio corpo e de suas produções são pilares fundamentais para se pensar a objetificação feminina e a violência sofrida até hoje.

A vista disso, Federeci (2017) traz um novo olhar sobre o trabalho doméstico visibilizando essa dimensão pensada como da esfera privada da família para uma esfera pública e política. Essa dimensão da casa e do cuidado materno não se refere apenas à discussão da valorização do trabalho feminino, mas também das repercussões em outros âmbitos da vida das mulheres. Ora, se as mulheres é negado a possibilidade de autonomia financeira, a instituição do casamento se fortalece como única possibilidade de sobreviver.

O casamento adquiriu papel central na organização social, já que o trabalho desempenhado como esposa se referia a um assujeitamento dessas mulheres aos homens, que marca para além da exploração dos homens às mulheres, a imposição da heterossexualidade compulsória. Federeci (2017) traz que o casamento era algo almejado pelos homens no intuito de que suas esposas “ajudassem” em tarefas relativas a seus trabalhos formais, mas também para cuidarem de suas necessidades físicas e do provimento dos filhos sem precisar de qualquer tipo de remuneração. Assim, o casamento se torna uma garantia para os homens em terem todas suas necessidades atendidas, ao passo que as mulheres impedidas de possuírem independência financeira se veem obrigadas a permanecer nesses vínculos como única garantia de subsistência.

Essa dependência financeira coloca as mulheres numa posição vulnerável onde as expõe a outras diversas situações de violência e dominação. Sendo a esfera privada da casa e do casamento um reflexo direto das normas sociais, há uma exploração não só do trabalho feminino, mas também uma exploração do campo afetivo e sexual. As mulheres ocupam o lugar de objeto de satisfação

masculina desapropriadas de si mesmas (Haraway, 1991).

Porém, é necessário que não tomemos a experiência das mulheres, ao longo da história, pela via da história única (Adichie, 2019). Federeci aborda a história das mulheres num período histórico e cultural específico, se concentrando nas mulheres brancas europeias como indicamos. Apesar da Caça às Bruxas ter sido implementada para além da Europa, mas em todas as colônias das Américas, os desdobramentos e consequências dessa política ocorreram de diferentes formas. Angela Davis, socióloga e filósofa, em *Mulheres, Raça e Classe* (2016) traz pontos fundamentais para pensarmos a experiência das mulheres negras, num entrecruzamento entre gênero, classe e raça. Enquanto para as mulheres brancas houve esse deslocamento de saída do mundo do trabalho formal para uma restrição ao trabalho doméstico, para as mulheres negras que foram escravizadas o trabalho era uma realidade compulsória e que comprometia todos os outros aspectos de suas existências. A autora traz que as mulheres negras eram vistas, igualmente como os homens negros, como unidades de trabalho lucrativas.

Assim, era inexistente a possibilidade de estarem apenas trabalhando no ambiente doméstico de suas próprias casas e famílias. Ao contrário, o trabalho doméstico era realizado para as famílias de pessoas brancas. A relação das mulheres negras com suas próprias casas e o trabalho doméstico ocorreu de forma diferente. Ao contrário das mulheres brancas, que pertenciam somente à esfera do lar, às mulheres negras era negado a possibilidade de dedicação exclusiva ao cuidado de suas casas e seus filhos, cumprindo longas e exaustivas jornadas de trabalho fora de casa, trabalhos esses comumente em posições subalternas de ordem serviçal. Ora, é inegável que o trabalho doméstico como um aprisionamento e impedimento de investimentos em outras áreas também afetam mulheres negras, porém, é fundamental que se compreenda que tendo em vista o processo histórico-social, diferenças importantes se colocam entre mulheres brancas e mulheres negras.

A maternidade é um outro ponto crucial para pensarmos as diferenças históricas entre mulheres negras e mulheres brancas. Enquanto as mulheres brancas, ainda que sob uma maternidade compulsória, tinham a possibilidade de cuidarem de seus filhos, as mulheres negras eram separadas de seus filhos não tendo o direito de exercerem suas maternidades, uma vez que, as crianças também eram vistas como futuras unidades de trabalho rentáveis aos senhores de escravos.

Além de que, muitas mulheres negras eram as responsáveis pelo cuidado de crianças brancas das famílias abastadas. Dessa maneira, não é possível trazer o debate da exploração do trabalho doméstico e da maternidade compulsória apenas sob uma perspectiva. O impacto da escravização das mulheres negras, ao longo de séculos, produziu consequências diferentes (Davis, 2016).

Davis (2016) aponta para os resultados danosos que a naturalização do trabalho doméstico e materno produziu para as mulheres, especialmente para mulheres negras, indígenas e mulheres brancas pobres. As tarefas domésticas, além de serem invisíveis ao cotidiano familiar, não sendo reconhecidas e partilhadas, são exaustivas, improdutivas e nada criativas. Assim, “Embora a ‘dona de casa’ tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade” (Davis, 2016; p.231). Logo, as mulheres têm seu tempo preenchido por esses serviços sem a possibilidade de investimento e desenvolvimento de outras áreas de suas vidas, diferentemente dos homens que têm todas suas necessidades básicas atendidas sem precisar despende tempo com tais tarefas.

E pensando a partir do nosso contexto brasileiro, Lélia Gonzalez discute aspectos imprescindíveis da formação social do nosso país a partir da relação entre gênero e raça. Lélia (1984, p.224) traz que “Para nós o racismo se constitui como uma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra, em particular”. Desse modo, a autora pensa a mulher negra não só numa perspectiva sócio-econômica, mas também a partir das representações inconscientes presentes no imaginário social.

Um dos primeiros pontos que Lélia (1984) levanta é o mito da democracia racial. Há um falso discurso propagado em que o Brasil seria o paraíso das três raças onde brancos, negros e indígenas conviveriam em completa harmonia, porém o que temos são inúmeras violências raciais mascaradas, invisibilizadas e, muitas vezes, “sutis”. Para isso, a autora traz três noções para compreender o local que é designado a mulher negra na sociedade brasileira, como consequência da escravização que tem seus efeitos presentes até hoje, são eles: a mulata, a doméstica e a mãe preta.

Lélia apresenta o carnaval como um pano de fundo social, que para além de

um espetáculo cultural, deflagra a forma como as mulheres negras brasileiras são vistas. No carnaval, há uma exaltação da figura da mulata. Porém, o que Lélia aponta é que essa exaltação não se trata de uma admiração, mas de uma sexualização violenta das mulheres negras, que acabam sendo reduzidas apenas aos seus atributos físicos. A prova de que a exaltação da figura da mulata no carnaval se trata de uma violência racista e misógina, é a de que, quando o carnaval chega ao seu fim, essas mulheres se tornam novamente “invisíveis” e são lançadas a um outro estereótipo igualmente violento, o da doméstica.

Gonzales (1984) diz que

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito (GONZALES, 1984, p. 228).

Assim, essa outra noção de empregada doméstica se refere diretamente às consequências do passado escravocrata brasileiro. Uma vez que, os cuidados domésticos eram desempenhados por mulheres negras escravizadas chamadas de mucamas. Dessa forma, Lélia aponta como as reverberações das violências racistas do período colonial impactam até hoje a vida das mulheres negras, na seguinte passagem do texto:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem 'educadas' ou estarem 'bem vestidas' (afinal, 'boa aparência', como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria 'branca', unicamente atribuível à 'brancas' ou 'clarinhas'). Os porteiros dos edifícios obrigam nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as 'comem com os olhos' no carnaval ou nos oba-oba [...] só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço (GONZALES, 1984, p. 230).

Seja a noção de doméstica ou de mulata, percebemos que esses estereótipos estão a serviço da desumanização de mulheres negras.

Lélia (1984) ainda propõe uma terceira noção que é a de mãe preta. A mãe preta se refere às mulheres negras que no período colonial exerciam a função principal de cuidadoras das crianças das famílias brancas. O que Lélia vai

problematizar é que, não se trata apenas de uma função, mas que elas eram as mães de fato. E, a partir dos seus cuidados, passavam a essas crianças valores e símbolos culturais africanos. A autora mostra que:

O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então 'bá', é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a "mãe preta" é a mãe (GONZALES, 1984, p. 235).

E a isso, Lélia (1984) atribui como uma "rasteira", já que a mãe preta é a mãe e, diante disso, não é mais possível negar a africanidade presente na formação social brasileira.

Podemos pensar que o resultado desses processos históricos produziram às mulheres modos de subjetivação calcados no abandono de si mesmas e de sua autonomia para a dedicação exclusiva aos outros, onde os atravessamentos de raça e classe potencializam ainda mais essas vulnerabilidades. Donna Haraway (1991) traz que no regime patriarcal e racista as mulheres não possuem propriedade sobre seu eu, ou seja, são relegadas à posição de objeto sendo negada a elas o estatuto de sujeito. Assim, a construção das identificações femininas têm por alicerce pertencer aos desejos dos homens, às interditando da atuação própria e às reduzindo como meros produtos de uma relação social de apropriação masculina.

2.2 O conceito de dispositivo amoroso

A partir dessa breve retomada histórica, a respeito da construção social dos modos de subalternização que as mulheres vêm sofrendo, podemos avançar na reflexão sobre os impactos não só materiais, mas também subjetivos. O regime de poder patriarcal racista opera de forma a violentar as mulheres em todas as esferas, porém há nuances "sutis" dessas violências que escapam aos debates sobre violências de gênero e são invisibilizadas. Uma delas é a forma como os vínculos amorosos estão postos às mulheres. Para que possamos entender os desdobramentos da violência de gênero que atravessa os vínculos amorosos iremos trabalhar com o conceito de *dispositivo amoroso*.

Portanto, esse tópico tem como objetivo apresentar o conceito e suas manifestações em nossa sociedade, conforme foi proposto pela pesquisadora Valeska Zanello. Logo, é fundamental que possamos compreender a maneira pela qual a sociedade diretamente estabelece a forma como devem ser vivenciados os afetos. Essa retirada das emoções e sentimentos do campo do que é natural/instintual para o campo social se faz necessário para entender as *pedagogias afetivas* que a autora propõe como um operador central para a reflexão.

Zanello debate logo no início do livro *Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Culturas e Processos de Subjetivação* (2018), o quanto a cultura em que estamos inseridas é determinante no intermédio das relações humanas. A autora diz,

Aqui é necessário pensar nos processos por meio dos quais a cultura participa e configura certos traços, performances e afetos, socialmente valorizados, inibindo outros que, quando expressos, causam conflitos sociais para o sujeito. Trata-se de uma pedagogia dos afetos ou colonização afetiva, pois os contextos culturais provêm também às pessoas com *scripts* sobre como devem sentir e expressar as emoções (Zanello, 2018, p 32).

Portanto, uma vez que, a cultura é um mediador fundamental na forma em que entendemos e expressamos os afetos, o gênero enquanto uma categoria relacional e um produto histórico-político-cultural entra em cena nesse jogo social impondo uma série de normativas às mulheres. A forma como as mulheres constroem seus repertórios afetivos e vivenciam suas relações está permeada de códigos culturais que as colocam em posição subalterna e as expõem a diversas vulnerabilidades e violências.

Há todo um aparato social, o qual a autora chama de *tecnologias de gênero*, que são disseminadas em nossa cultura por diversos meios, seja da linguagem, mídias, artes, etc. que impactam diretamente nos modos de subjetivação feminina. Por tecnologias de gênero, Zanello (2018) entende como a forma principal de interpelar performances produzindo uma colonização dos afetos, sendo um importante fator constituinte dos dispositivos. Um dos efeitos causados pela transmissão dessas tecnologias é a falsa sensação de uma identidade, ou seja, a repetição exaustiva dessas performances criam uma ideia fixada do que é ser uma “mulher de verdade” e de que forma se deve agir.

A forma como nos vinculamos afetivamente está atravessada pelos regimes de poder e não apenas situada num campo reduzido somente a esfera privada das

relações íntimas pessoais. O dispositivo amoroso é uma importante categoria analítica para compreendermos o sofrimento psíquico que acomete as mulheres e que opera, muitas vezes, de forma silenciosa e invisível. Para que possamos entender as raízes do dispositivo amoroso a autora traz um apanhado histórico para que seja possível a compreensão de como esse dispositivo se tornou central na vida das mulheres, sendo fator principal de um lado para o desempoderamento das mulheres e do outro para o empoderamento e proteção psíquica dos homens.

Como vimos até aqui, os processos culturais históricos e políticos interpelam todas as relações humanas e determinam lugares sociais, formas de relação com o próprio corpo e com o corpo do outro e também quais formas de expressão afetivas serão aceitas e quais serão rechaçadas. Portanto, pensar o amor apenas como um sentimento naturalmente inerente ao ser humano seria esvaziar um debate complexo a respeito das construções das afetividades. O amor também é atravessado pelos códigos culturais, ou seja, o amor é específico para cada gênero, classe social, idade e povo (Zanello, 2018), além de se estabelecer a partir da heteronormatividade. Um exemplo de como o que entendemos por *amor* está situado num percurso histórico é a mudança radical que houve ao longo do tempo das definições do que é um casamento.

Zanello (2018) faz um resgate histórico de como o casamento no mundo ocidental, em meados do século XII, tinha por objetivo arranjos familiares que atendessem a interesses econômicos, a fim da continuidade e manutenção dos patrimônios das famílias. O elemento do amor não era algo necessário para pensar a escolha do cônjuge, pois o objetivo era uma união para impedir a dispersão das fortunas acumuladas. Além do interesse econômico, a instituição do casamento também virou alvo principal para a construção de um projeto político e religioso orquestrado pela Igreja Católica.

A junção do Estado com a Igreja Católica instaurou o casamento como o núcleo principal e sagrado para a divulgação da fé cristã e a reprodução dos modelos tradicionais burgueses. Assim, um casamento legítimo perante essas instâncias de poder deveria ser monogâmico, heterossexual e com a figura de um patriarca que gerenciasse a vida familiar (Zanello, 2018). Além do mais, também funcionava como um regulador e repressor dos corpos e da livre expressão da sexualidade.

Dessa forma, se estabeleceu uma hierarquia dentro do matrimônio onde

havia definições a respeito de quais papéis deveriam ser desempenhados pelo homem e pela mulher. Uma das orientações disseminadas sobre o casamento era que o sexo teria como única função a procriação, qualquer indício de uma sexualidade voltada a sentir prazer seria veementemente condenada. Porém, as punições só eram, de fato, aplicadas às mulheres. Assim, se constituiu uma divisão social de dois grupos de mulheres: as santas e as prostitutas. E a criação de um imaginário social a respeito da *mulher ideal*, que seria uma mulher virgem, recatada, assexual e submissa às ordens de seu marido.

Porém, aos homens era dada liberdade de viver relações extra conjugais com a justificativa de uma suposta natureza masculina sexual insaciável junto a uma ideia de uma natureza feminina lasciva que provocaria os homens a cometerem adultério. Então, o casamento era uma forma de impor às mulheres a recusa de sua sexualidade, sendo que qualquer manifestação a levaria a ser vista como perversa e desviante devendo se recolher ao recato e a modéstia (Zanello, 2018). No entanto, a realidade se sobrepunha a todas as regras e ideais propagados pelo casamento. O adultério cometido pelos homens denunciava toda uma estrutura patriarcal e racista à qual as mulheres estavam submetidas. Não se tratava apenas de um descumprimento do acordo matrimonial, mas das mulheres destituídas do status de sujeito e reduzidas a objeto, totalmente submetidas aos homens a depender do contexto em que ela seria útil.

No período da colonização europeia no Brasil e a escravização dos povos africanos e indígenas as relações tomaram outros contornos. O componente racial produziu outras categorizações que orbitavam a esfera do casamento e colocavam as mulheres em oposição umas com as outras. Às mulheres brancas era destinado o papel social da esposa legítima recatada e submissa. Já às mulheres negras e indígenas era posto o lugar da amante, impura e culpada por provocar os desvios sexuais masculinos (Zanello, 2018). Essas posições sociais perduram dessa época até a contemporaneidade, porém com outros desdobramentos e consequências que veremos no avançar da discussão.

Durante esse período colonial até a revolução industrial, a instituição do casamento não se tratava de um arranjo afetivo, mas o reconhecimento de um status social, principalmente no que tange a posição social das mulheres. Dessa forma o casamento adquire papel central como um desejo e ideal a ser perseguido, já que se torna o único meio que permitia certa participação e notoriedade social

para as mulheres. Aqui, é importante salientar, que nesse período histórico o casamento só era reconhecido e “oportunizado” a um grupo restrito de mulheres sendo elas brancas e de classe média e alta, não sendo legítimo para mulheres racializadas e pobres. O que evidencia a articulação entre os privilégios de raça e classe.

A partir do desenvolvimento social pelos movimentos de industrialização e urbanização houveram mudanças radicais acerca dos vínculos amorosos e da visão do que seria um casamento ideal. Valeska (2018) nos mostra que a possibilidade de mobilidade social econômica advinda da industrialização reformulou as relações de trabalho havendo uma grande afirmação do individualismo. O casamento passou a se tratar de uma escolha individual e a contemplar a esfera do amor e do sexo, com o objetivo de experimentar o prazer e não só a procriação. No entanto, a livre escolha se restringia aos homens, às mulheres era relegado a posição de serem escolhidas.

Assim, as mulheres estavam à mercê da escolha dos homens e deveriam possuir uma série de atributos que foram estabelecidos como essenciais para que fossem desejadas e merecedoras da conquista masculina. Não sendo mais necessário o dote como afirmação do poder aquisitivo das famílias, agora o que conta são atributos individuais. Consequentemente, a conquista de um casamento se tornou para as mulheres motivos de sucesso e mérito pessoal, da mesma forma que a não conquista do casamento simbolizaria um fracasso e atestado de sua insuficiência perante as características valorizadas (Zanello, 2018). Dessa forma, a “caça amorosa” assume papel central na vida das mulheres, comprometendo todos os outros âmbitos, principalmente o psíquico e dando aos homens o poder de avaliar o valor de cada mulher. A “caça amorosa”, explica Zanello (2018), se trata da busca desenfreada das mulheres pelo casamento a fim da validação de seu valor e do prestígio social.

Até aqui, vemos as configurações históricas que constituíram o dispositivo amoroso. Assim, podemos compreender de que forma esse dispositivo opera efetivamente na vida das mulheres na contemporaneidade. Reiterando o que discutimos acima, a forma como o amor e as relações amorosas são vivenciadas está diretamente atravessada pelos padrões culturais em que vivemos. Sendo assim, o amor no modelo em que conhecemos e é transmitido socialmente é um pilar central da opressão das mulheres, da reprodução do patriarcado, da

heteronormatividade e do racismo (Zanello, 2018). “Para as mulheres, o amor diz respeito à sua identidade, como uma experiência vital. O amor, em nossa cultura, se apresenta como a maior forma (e mais invisível) de apropriação e desempoderamento das mulheres (Zanello, 2018; p. 83)”. Logo, o amor em nossa cultura tem esse aspecto identitário como apontado pela autora, ou seja, os caminhos de subjetivação feminina são interpelados pelo dispositivo amoroso, impactando profundamente a maneira como as mulheres se relacionam com o mundo e consigo mesmas a partir do lugar de serem *escolhidas* pelos homens. A autora ainda diz, “em nossa cultura os homens aprendem a amar muitas coisas e as mulheres aprendem a amar, sobretudo, principalmente, os homens (Zanello, 2018; p. 84).

O que isso causa são sérios prejuízos na economia psíquica das mulheres, se tornando alvo central de seus investimentos, não havendo espaço/tempo ou havendo muito pouco espaço/tempo para o desenvolvimento de outras potencialidades para além das relações amorosas. O que temos é a constituição subjetiva das mulheres alicerçada em torno dos vínculos amorosos, mais precisamente na busca em ser amada e com isso provar seu valor. O que está em jogo é a busca desesperada pela validação masculina que legitime a mulher como *mulher de verdade*. O resultado desses enlaces amorosos é uma profunda dependência psicológica das mulheres para com os homens que as põe em enorme vulnerabilidade psíquica. Tendo essa energia dos investimentos voltadas preponderantemente para as relações, faz com que a manutenção dos relacionamentos heterossexuais sejam assimétricos, onde é função das mulheres proteger psiquicamente os homens de qualquer desconforto com conflitos que possam surgir (Zanello, 2018).

É importante que atentemos que o dispositivo amoroso o qual discutimos está a serviço da manutenção da heterossexualidade compulsória. Estando os homens na posição de quem legitima o valor das mulheres, apenas às relações heterossexuais ganham o status do relacionamento ideal, “*natural*” e que deve ser buscado. Dessa forma, há um apagamento e não validação de outras possibilidades de construção de vínculos amorosos que sejam não heterossexuais e não normativos. Sendo o dispositivo amoroso constituinte da identidade das mulheres, mesmo as mulheres que são lésbicas ou bissexuais sofrerão com os efeitos que esses modos de subjetivação produz (Zanello, 2018).

Outro conceito primordial que a autora traz para a compreensão do dispositivo amoroso é o da *prateleira do amor*. Valeska (2018) diz que,

Vimos o quão variadas e eficazes são às tecnologias de gênero que interpelam performances relacionadas a esse dispositivo, bem como o modo como colonizam afetos. A metáfora que criei para ilustrar essa condição é a seguinte: as mulheres se subjetivam na 'prateleira do amor'. Essa prateleira é profundamente desigual e marcada por um ideal estético, que, atualmente, é branco, loiro, magro e jovem (Zanello, 2018, p. 84).

A prateleira do amor se configura então na busca por uma posição "privilegiada" para ser um objeto de escolha a partir da adequação dos ideais estéticos vigentes na nossa sociedade. A busca do ideal de beleza visa um reconhecimento social e de aprovação masculina. Estar "bem colocada" na prateleira do amor pressupõe a garantia de ser escolhida e amada.

O que a prateleira do amor mostra é o quanto os ideais estéticos que devem ser alcançados visam uma eterna insatisfação feminina consigo própria e obedece a padrões racistas, capacitistas, gordofóbicos e etaristas. Com isso, é possível perceber que há um ataque direto a autoestima e confiança das mulheres, que direciona toda sua capacidade criativa apenas para a busca pelo suposto "sucesso amoroso" (Zanello, 2018). Há uma luta para se manter sempre em um lugar "privilegiado" na prateleira do amor, uma vez que as posições são transitórias podendo mudar de acordo com mudanças corporais como aumento de peso e o envelhecimento (Zanello, 2018).

Os impactos dessa dinâmica se darão de forma diferente para as mulheres. Por exemplo, o racismo coloca as mulheres negras em subposições, uma vez que, os ideais estéticos reforçados se referem a traços brancos. O que isso ocasiona é um preterimento das mulheres negras e um abandono afetivo. Diferentemente das mulheres brancas que ocupam o lugar de possíveis esposas, às mulheres negras fica relegado o lugar de objeto de satisfação sexual sem um compromisso afetivo e a possibilidade de serem assumidas como parceiras legítimas (Zanello, 2018).

As consequências que a prateleira do amor produz não se referem só a uma relação violenta e empobrecida das mulheres consigo mesmas, mas a fomentação de uma rivalidade entre elas. Com o objetivo de serem as escolhidas, portanto de serem os objetos mais valiosos dispostos na prateleira, a rivalidade ganha protagonismo, uma vez que, a competição por ser "diferente das demais" é a prova de que seu valor de fato é legítimo. Assim, não há qualquer incentivo de criação de laços afetivos entre mulheres, pois isso estaria na contramão da estrutura social

misógina que coloca o homem em posições intocáveis no seu papel de avaliador com poder de definir quais mulheres merecem ser amadas e quais não.

O medo de não ser escolhida e permanecer na prateleira causa um terror psicológico em torno de estar solteira. A imagem estigmatizada da "solteirona" e "encalhada" fala justamente do pavor das mulheres em serem classificadas como não dignas de receber amor dos homens. O paradoxo dessa situação é que, em diversos casos, movidas por essa carência e abandono de si mesmas, muitas mulheres estão em relações onde não há qualquer qualidade afetiva, muito menos amor. Valeska afirma que

Assim, muitas mulheres acabam por se casar com o próprio casamento, independentemente do parceiro que arranjam, e principalmente, da satisfação ou não que tenham dessa relação. Muitas mulheres suportam melhor o desamor do que o não ter ninguém. E adoecem. Não pelo amor, como uma entidade metafísica, mas por um modo de entender e viver o amor como questão identitária (Zanello, 2018, p. 95).

O que essa dinâmica proporciona aos homens é uma grande proteção a sua saúde mental, já que como a autora aponta, independentemente das condições físicas, econômicas e pessoais que possam existir dificilmente ficarão sozinhos, não por suas exímias habilidades de sedução, mas pelos benefícios colhidos pela efetividade do dispositivo amoroso na vidas das mulheres.

Logo, nos perguntamos de que forma o dispositivo amoroso impacta na economia subjetiva das mulheres? Quais os seus efeitos na constituição narcísica das mulheres? A partir das ideias de Zanello (2018) é possível perceber que o dispositivo amoroso não age apenas no momento em que acontece uma relação amorosa, mas que as mulheres são subjetivadas a partir dele. Assim, iremos propor no tópico seguinte uma discussão do dispositivo amoroso a partir de uma perspectiva psicanalítica.

2.3 Dispositivo amoroso e seus efeitos na constituição narcísica das mulheres

A psicanálise constitui um potente arcabouço teórico para dar continuidade a discussão da temática deste trabalho, uma vez que, encara os relacionamentos amorosos não somente como uma expressão da sexualidade/afetividade humana, mas como um resultado decorrente do modo de subjetivação e constituição do eu. Daí, a importância de complexificar a discussão pensando nos atravessamentos de gênero, visto que, não é possível pensar a constituição psíquica sem considerar

marcadores sociais, tais como gênero, raça, classe, etc.

O trabalho em questão privilegia as implicações da construção de gênero no que concerne a constituição psíquica das mulheres. A psicanálise, desde sua gênese, não se furtou de pensar as mulheres em todas suas formulações teóricas. Porém é fato que, produto de um contexto social, histórico e político específicos, se deixou levar por determinismos biológicos e estereótipos a respeito do que é ser mulher. Portanto, a ideia é que não se abandone a teoria, mas que se possa trabalhar com os seus conceitos sem que se perca de vista as suas limitações e comprometimentos pela reprodução, em certos momentos, dos regimes de poder. Assim, pensamos numa psicanálise social e historicamente situada e eticamente implicada com a pluralidade de formas de existência.

Para que possamos adentrar na articulação dos efeitos do dispositivo amoroso na constituição narcísica das mulheres, antes é necessário que façamos alguns apontamentos situando o lugar que as mulheres ocuparam na tradição psicanalítica. Almeida (2012), num breve apanhado histórico, mostra que o berço social-cultural em que a psicanálise nasceu

(...) visava promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado feminilidade. Assim, era definida a natureza das mulheres. As virtudes próprias da feminilidade pautavam-se no recato, na docilidade, na afetividade mais desenvolvida, na receptividade passiva em relação aos desejos e necessidades dos homens e, mais tarde, dos filhos. Por outro lado, num evidente paradoxo, uma ideia bastante corrente, naquele momento, apontava que a natureza feminina precisaria ser domada pela sociedade e pela educação para que as mulheres pudessem cumprir o destino ao qual estariam, naturalmente, designadas serem esposas e mães (ALMEIDA, 2012, p.30).

Como vimos anteriormente na contextualização histórica, Silvia Federici (2017) traz que essas performances exigidas das mulheres buscavam justamente cumprir uma função. Função essa de mantenedora do lar - servindo prioritariamente aos homens - impedindo qualquer possibilidade de resistência a esses processos de docilização. Assim, se trata de um projeto misógino em transformar uma feminilidade fabricada aos moldes patriarcais em uma suposta essencialização feminina. Assim, é possível perceber que esses pressupostos estão presentes ao longo das teorizações de Sigmund Freud a respeito da diferença dos sexos e das singularidades da sexualidade feminina, o que terá suas consequências posteriormente na construção da ideia de constituição narcísica.

Freud revolucionou o pensamento da época quando propôs a sexualidade

infantil perverso-polimorfa, ou seja, que a sexualidade humana não obedece a determinismos biológicos que visam exclusivamente a procriação, mas que tem como objetivo a obtenção de prazer, a busca pela satisfação - sempre parcial. E que não apresenta um objeto pré definido, mas as escolhas objetais vão se construindo juntamente com a história subjetiva de cada pessoa (1905). Porém, há uma contradição teórica pois, ao mesmo tempo que Freud rompe com vários pressupostos biológicos que serviram de base para construções sociais a respeito dos papéis de gênero, acaba em outros momentos reforçando os mesmos. Como aponta Almeida (2012, p.33) "Pode-se observar que as formulações de Freud sobre a sexualidade feminina ora o colocam em sintonia com o pensamento dominante em sua época, ora abrem novas perspectivas para pensar a mulher".

Em 1905, quando Freud lança "Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade", já mostra algumas distinções fundamentais que faz a respeito da diferença dos sexos e de como compreendia a constituição e desenvolvimento da sexualidade feminina. No subtítulo "Transformações da Puberdade" presente no texto supracitado traz que

Com o advento da puberdade, introduzem-se às mudanças que levarão a vida sexual infantil à sua configuração definitiva normal. O instinto sexual, que era predominantemente autoerótico, encontra agora um objeto sexual. Ele operava a partir de diferentes instintos e zonas erógenas, que buscava, cada qual de forma independente, determinado prazer como única meta sexual. Agora ele recebe uma nova meta sexual e todos os instintos parciais cooperam para alcançá-lo, enquanto as zonas erógenas se subordinam ao primado da zona genital. Como a nova meta sexual atribui funções muito diferentes aos dois sexos, agora o desenvolvimento sexual diverge bastante. O do homem é mais coerente, e também mais acessível à nossa compreensão, enquanto na mulher há inclusive uma espécie de involução (FREUD, 1905, p.121.).

Esse desenvolvimento sexual divergente a partir da fase pubertária vai marcar toda a trajetória teórica sobre a sexualidade feminina. Já nesses momentos iniciais da teoria, é perceptível o quanto há uma binariedade no pensamento freudiano, onde há somente duas possibilidades fixas definidas pela biologia: homem versus mulher. E a explicação para essas diferenças seria prioritariamente ditada pelo biológico onde existiria um percurso "natural" já estabelecido a se cumprir.

Essa "involução" apontada como um aspecto da sexualidade feminina remete ao que Silvia Federici (2017) apontou sobre o corpo das mulheres serem considerados uma concepção degradada da realidade. Portanto, poderíamos pensar que se trata de uma falácia quando se traça o destino das mulheres a partir dos

princípios da biologia, considerados como leis naturais inquestionáveis, já que, a leitura que se faz dos processos biológicos e das diferenças anatômicas estão parasitados por concepções sociais misóginas. Arán (2002) aponta que a forma tradicional de pensar a sexualidade na psicanálise parte de uma centralização do modelo fálico-castrado e que a principal consequência disso é pensar a feminilidade condensada em um acúmulo de ideias petrificadas onde o pensamento para. E que nos parece reproduzir a lógica sócio histórica.

O modelo fálico-castrado surge, uma vez que a proposta freudiana indica que no início de tudo, a libido é única para os dois sexos, de base masculina, e só a partir do advento do complexo de Édipo é que vai se apresentar caminhos diferentes para homens e mulheres. No subtítulo "A diferenciação de homem e mulher" ainda presente no texto de 1905, Freud afirma que a libido é por necessidade e por regra, de natureza masculina, apareça ela no homem ou na mulher. E, numa de suas notas acrescentadas numa reedição de 1915, coloca que "emprega-se 'masculino' e 'feminino' ora no sentido de atividade e passividade - respectivamente - , ora no sentido biológico, e também no sociológico (Freud, 1905, p.139.)".

Porém, em outra passagem do mesmo texto que coloca que a libido é masculina-ativa independentemente de ser homem ou mulher, afirma que

No entanto, a predisposição masculina ou feminina já é facilmente reconhecível na infância; o desenvolvimento das inibições da sexualidade (vergonha, nojo, compaixão, etc.) ocorre, na menina, mais cedo e com menor resistência do que no menino; a tendência à repressão sexual parece maior; ali onde aparecem instintos parciais da sexualidade, elas dão preferência à forma passiva (FREUD, 1905, p.138.).

Ou seja, há uma incongruência teórica numa tentativa de essencialização feminina. Almeida (2012) observa esse ponto e traz a seguinte crítica:

Nesse caso, constata-se uma contradição em suas formulações concernentes às mulheres: ao mesmo tempo que consideradas masculinas por excelência, seriam também femininas por essência. É como se ele pensasse o sexo feminino como possuído por uma masculinidade que, de certa forma, lhe seria estranha. Revela-se também um descompasso entre a formulação freudiana da pulsão que, ao apresentar uma plasticidade na sexualidade humana, rompeu radicalmente com o determinismo biológico, e suas concepções sobre a diferença sexual entre o masculino e o feminino, fortemente impregnadas de teses essencialistas (ALMEIDA, 2012, p.33).

A problemática presente nessa formulação é justamente que Freud postula a sexualidade feminina em simetria com a masculina, como aponta Almeida (2012), ressaltando três aspectos: pela anatomia – zona erógena feminina, clitóris e masculina, pênis; pela pulsão – de essência ativa e masculina, presente em

meninos e meninas através da masturbação; e por uma teoria infantil que sustenta que todos os seres humanos têm pênis, tendo a menina um pênis pequenino, o clitóris. Aqui, cabe justamente ressaltar o quanto a própria dicotomia fálico *versus* castrado denuncia a análise masculinista que Freud tomou ao pensar os percursos da sexualidade humana. A centralidade e superioridade masculina advém justamente dessa proposição do fálico enquanto um padrão de desenvolvimento psicosssexual ideal, ao invés de propor lógicas independentes para homens e mulheres. Às mulheres fica relegado uma constante comparação - injusta e que as subalterniza - ao modelo masculino que jamais será alcançado. Além de percebermos um total centramento em uma lógica binária e heteronormativa.

No que tange ao complexo de Édipo, que é onde os caminhos pulsionais se diferenciariam determinadamente para homens e mulheres, há pontos fundamentais a serem discutidos. No texto “A dissolução do complexo de Édipo” (1924), Freud faz alguns apontamentos sobre esse evento central no período sexual da primeira infância. No que diz respeito aos meninos, há uma organização fálica que é posta em ameaça de castração. A ideia de *falo* aqui está sim ligada a possuir um pênis, porém não se trata apenas do órgão em si, mas de uma simbolização de onipotência ligada a ele.

Já em relação as meninas, Freud (1924) pontua que diferentemente do menino que teme a possibilidade de castração, a menina aceita a castração como fato consumado quando percebe que não possui um pênis e encara isso como uma desvantagem e inferioridade. É possível perceber, novamente, que o referencial é o masculino. As mulheres ficam na posição de “faltantes” onde a saída para compensar essa “falta” apontada por Freud (1924) seria a frigidez, a virilidade ou a maternidade, sendo a maternidade o caminho positivo e esperado. Aqui, cabe, a crítica de Birman (1999) que diz:

O que me surpreende inicialmente, na construção teórica do discurso freudiano, é que este coloca as mulheres em uma situação sem saída. Quer se trate da frigidez, da virilidade ou da maternidade, as mulheres sempre se situariam em uma posição de identificação fálica; existiria, então, somente o sexo fálico (Birman, 1999, p.205).

Portanto, é preciso reconhecer que sendo o referencial sempre masculino para pensar a constituição das mulheres, a análise estará fadada a um empobrecimento analítico. Como traz Arán (2000, p.193) “é necessário dar à mulher um lugar de existência na cultura, pela possibilidade de pensar o percurso do desejo feminino

como diferente do masculino. O que significa dar ao outro, o diferente, um lugar de sujeito. Por uma questão histórica e política, seria esta a condição de possibilidade para pensar a mulher-sujeito”.

O que trouxemos até aqui são movimentos teóricos importantes da psicanálise que afetaram significativamente a concepção de constituição narcísica que iremos apresentar adiante. A importância de pensar o gênero como componente fundamental no processo de constituição do eu é justamente por relançar a mulher numa nova posição, não mais faltante e carente. Pois, como aponta Belo e Ribeiro (2016, p.8.), “o gênero é uma parte não apenas importante, mas em grande medida organizadora da identidade”.

Passamos, então, para o entendimento do que se trata a constituição narcísica no pensamento freudiano. Os seguintes apontamentos tratam do texto *Introdução ao Narcisismo* publicado por Freud em 1914. Já no início de seu texto Freud situa o conceito anterior de narcisismo que era difundido na comunidade médica, que era entendido enquanto uma perversão quando o sujeito tratava o próprio corpo enquanto objeto sexual absorvendo toda a sua vida sexual. Porém, a partir de análises dos seus pacientes, Freud percebe, então, que alguns traços narcísicos eram encontrados no desenvolvimento comum de todos os sujeitos.

A importância dessa constatação para a psicanálise foi a de delinear de maneira mais nítida e precisa a constituição do Eu. Assim, há uma porção da libido que é direcionada a investimentos no próprio Eu. Desse modo, Freud traz a separação entre os investimentos libidinais no Eu e os investimentos libidinais objetais. Na seguinte passagem, Freud (1914) explica que:

Formamos assim a ideia de um originário investimento libidinal no Eu, de que algo é depois cedido aos objetos, mas que persiste fundamentalmente, relacionando-se aos investimentos de objeto como o corpo de uma ameba aos pseudópodes que dele avançam. Essa parte da alocação da libido ficou inicialmente oculta para a nossa pesquisa, cujo ponto de partida eram os sintomas neuróticos. Notamos apenas às emanações dessa libido, os investimentos de objeto que podem ser avançados e novamente recuados. Enxergamos também, em largos traços, uma oposição entre libido do Eu e libido de objeto. Quanto mais se emprega uma, mais empobrece a outra (FREUD, 1914, p.17).

Porém, uma das questões de Freud era a diferenciação entre o autoerotismo e o narcisismo. Então, chega a conclusão que “uma unidade comparável ao Eu não existe desde o começo no indivíduo; o Eu tem que ser desenvolvido (Freud, 1914, p.19)”. Portanto, quando se trata do autoerotismo o corpo ainda está fragmentado,

já no narcisismo há uma unificação que dá contorno ao Eu e que irremediavelmente só se desenvolve pelos investimentos do outro, ou seja, podemos pensar na importância dos primeiros cuidadores para a constituição do Eu.

Dessa forma, Freud (1914) faz algumas observações fundamentais para pensar a relação dos investimentos do Eu e os investimentos no mundo exterior e nos objetos e a importância presente nessa balança libidinal. Assim, traz a seguinte questão:

A partir disso ousaremos abordar esta outra questão: de onde vem mesmo a necessidade que tem a psique de ultrapassar as fronteiras do narcisismo e pôr a libido em objetos? A resposta derivada de nosso curso de pensamento seria, mais uma vez, que tal necessidade surge quando o investimento do Eu com libido superou uma determinada medida. Um forte egoísmo protege contra o adoecimento, mas afinal é preciso começar a amar, para não adoecer, e é inevitável adoecer, quando, devido à frustração, não se pode amar (FREUD, 1914, p.29).

Podemos pensar, então, a partir desta análise, que as relações que construímos com os nossos objetos, e ampliando essa noção para o mundo exterior em geral, é fundamental e promove, inclusive, ganhos narcísicos. Investir no outro é tão importante e necessário quanto investir em si mesmo.

Ao longo do texto, Freud (1914) propõe três vias de acesso para o entendimento do narcisismo, sendo elas: as doenças orgânicas, a hipocondria e a vida amorosa dos sexos. Aqui iremos nos ater a suas considerações a respeito da vida amorosa dos sexos, não por ser a melhor ou mais importante via, mas por termos um interesse especial a esse aspecto já que entra em consonância com a proposta do trabalho. Assim, Freud (1914) marca as diferenças existentes na construção e desenvolvimento da vida amorosa para homens e mulheres, como também a diferença nas escolhas objetais.

Freud (1914) destaca que há dois tipos de escolha objetal, a *de apoio* e a *narcísica*. A escolha objetal do tipo *de apoio* fundamenta como sendo derivada das primeiras satisfações autoeróticas experimentadas em função dos cuidados essenciais de autoconservação. Traz que

Os instintos sexuais apoiam-se de início na satisfação dos instintos do Eu, apenas mais tarde se tornam independentes deles; mas esse apoio mostra-se ainda no fato de as pessoas encarregadas da nutrição, cuidado e proteção da criança tornarem-se os primeiros objetos sexuais, ou seja, a mãe ou quem a substitui (FREUD, 1914, p.32).

Esse tipo de escolha diz ser característico dos homens. Há uma superestimação sexual, onde provavelmente deriva de um narcisismo originário da criança e que

transpõe, na vida adulta, para o objeto sexual. Já no que diz respeito a escolha objetual das mulheres, Freud (1914) aponta que

De outro modo se configura o desenvolvimento no tipo mais frequente e provavelmente mais puro e genuíno de mulher. Com a puberdade, a maturação dos órgãos sexuais femininos até então latentes parece trazer um aumento do narcisismo original, que não é propício à constituição de um regular amor objetual com superestimação sexual. Em particular, quando se torna bela, produz-se na mulher uma autossuficiência que para ela compensa a pouca liberdade que a sociedade lhe impõe na escolha de objeto. A rigor, tais mulheres amam apenas a si mesmas com intensidade semelhante à que são amadas pelo homem. Sua necessidade não reside tanto em amar quanto em serem amadas, e o homem que lhes agrada é o que preenche tal condição (Freud, 1914, p.33-34).

A partir dessas considerações podemos fazer algumas costuras teóricas importantes numa articulação entre a constituição narcísica que Freud (1914) propõe e o conceito de dispositivo amoroso proposto por Zanello (2018).

A primeira observação que trazemos é da hetero-cis-normatividade como central no pensamento freudiano. Quando o autor pensa os vínculos amorosos e o tipo de escolha objetual, só contempla a esfera dos relacionamentos heterossexuais como a expressão de sexualidade-afetividade esperada e saudável do desenvolvimento psicosssexual. As consequências desse pensamento vai refletir nas noções de amor disseminadas e incentivadas, estigmatizando todas as outras formas de vinculação sexual/amorosa. Zanello (2018) aponta muito bem isso quando refere que

O modelo de amor atual é herdeiro do amor burguês e romântico, cuja moral sexual se apoia na afirmação da heterossexualidade como amor "natural", bem como configura o matrimônio a via legítima para a realização do amor-paixão/eros entre homens e mulheres (ZANELLO, 2018, p.83).

Os perigos dessas afirmações de que o amor legítimo só aconteceria entre um homem e uma mulher é que, mais adiante, irá reafirmar a ideia do homem enquanto uma figura central e fundamental na vida das mulheres, sendo a eles direcionado todos os investimentos possíveis.

No que diz respeito, especificamente, à esfera do amor na vida das mulheres podemos pensar a articulação entre dois pontos principais: primeiro, Freud em Introdução ao Narcisismo (1914) propõe que a vida amorosa é primordial para entender a constituição psíquica dos sujeitos, como foi citado anteriormente. Assim amar e ser amado diz diretamente da maneira como percebemos o mundo e como nos percebemos a partir da forma como fomos investidas desde a infância. O segundo ponto é o levantado por Zanello (2018) que diz que o amor para as

mulheres se trata de uma experiência vital e que, em nossa cultura, o amor se apresenta como a maior forma de apropriação e desempoderamento das mulheres.

Então podemos pensar a partir desses dois pontos que, o amor além de identitário, como já indica Zanello (2018), quando pensado a partir da perspectiva de gênero, aponta nitidamente em como a misoginia está presente na maneira em que as mulheres se constituem narcisicamente. Já que as percepções de si mesma e do mundo estão contaminadas por noções patriarcais de subalternidade em relação aos homens. Assim, o tema do amor não trata apenas de performances afetivas individuais, mas em como, anterior ao momento da escolha objetal, as mulheres já estão sofrendo as consequências das violências patriarcais que vão afetar justamente a forma como vão investir em si mesmas e vivenciar os vínculos amorosos.

Podemos verificar isso quando Freud (1914), citado anteriormente, diz que “o Eu tem que ser desenvolvido”. O que ele quer dizer é que, sem os cuidados e os investimentos dos nossos primeiros cuidadores não seria possível nos constituirmos, por isso a nossa fundação narcísica nasce a partir do outro. Esses cuidados e investimentos tão necessários para a constituição narcísica estão permeados invariavelmente por códigos culturais-sociais. Pois, a forma em que se cuida do outro se dá pelos recursos que foram disponibilizados aos sujeitos que estão, agora, na função de cuidadores, fruto do seu contexto familiar, social, cultural, racial, econômico, etc.

Assim, as mulheres desde o momento que são identificadas enquanto mulheres no seu nascimento já estão atravessadas por violências de gênero e que, estarão presentes no seu processo de constituição narcísica. Então, retomando Belo e Ribeiro (2016), já citados acima, o que quer dizer quando se afirma que o gênero é um organizador de identidade e porque aqui propomos ele como fundamental de ser analisado na constituição narcísica das mulheres? Podemos pensar a partir de Laplanche (2015) que vai trazer o processo de atribuição de gênero como uma designação. A criança é *identificada por*, o que significaria dizer que não existe um processo ativo de identificação ao gênero por parte da criança, mas sim uma identificação que o adulto impõe através de um conjunto de normas a inserindo no social, ou seja, os cuidados dirigidos à criança serão diferentes para os identificados pertencentes ao gênero feminino e os identificados ao gênero masculino.

E que diferenças seriam essas? Zanello (2018) traz que as mulheres desde

seu nascimento são bombardeadas por inúmeras violências e uma série de normativas que impactam todas as dimensões ao longo de toda sua vida, a essas normativas a autora chama de *tecnologias de gênero*. Zanello (2018) aponta que

Com isso, quero chamar a atenção para o fato de que não apenas nos subjetivamos continuamente no gênero, mas repassamos, reafirmamos, e constituímos, com nossas performances, tecnologias de gênero para outras mulheres (e para os homens também) (ZANELLO, 2018, p.92).

Essas tecnologias consistem em uma série de representações a respeito do que é ser mulher, disseminada pelos meios culturais a fim de determinar qual deve ser o comportamento ideal a ser adotado pelas mulheres, transmitido através dos cuidados oferecidos desde a infância. Se trata de repetir exaustivamente aspectos como submissão, docilidade, carência e dependência onde se cumpridos, em troca, as mulheres ganhariam uma rendição: serem escolhidas por um homem que reconhecerá o seu esforço em se adequar a cada uma das normas, ou seja, reconhecerá sua existência (Zanello, 2018). Em razão disso, é que pensamos que o amor para as mulheres é algo para além de uma experiência amorosa. À vista disso, é que podemos pensar o dispositivo amoroso atuando antes mesmo da escolha objetual.

Podemos identificar esses aspectos desde a infância, quando para as meninas as brincadeiras tratam-se da constante encenação do que será seu futuro: cuidar do marido, dos filhos e da casa. Não significa aqui abominar brincadeiras que tratam do cuidado com o outro e cuidados domésticos, mas de problematizar o fato dessas brincadeiras não serem oferecidas também para os meninos que também serão, quando adultos, responsáveis pelo cuidado de si, dos outros e da casa; ou pelo menos deveriam ser. O que podemos perceber é que essas encenações, em forma de brincadeira, afirmam qual virá a ser o lugar de cada um. Assim, a restrição da criatividade das meninas e da falta de incentivo a se aventurarem desde a infância, produzirá como consequência nas mulheres a crença de que seu papel é exclusivamente de servir ao outro, no qual Zanello (2018) aponta que se trata então de uma *pedagogia afetiva* imposta às mulheres. E isso as colocará em um lugar de extrema dependência, não só material, mas psicológica também.

Assim, levantamos algumas questões sobre a escolha de objeto narcísica a partir das reflexões propostas por Zanello (2018). Conforme o texto de Freud (1914), seria característico das mulheres a escolha objetual do tipo narcísico, que revelaria uma face fria e enigmática das mulheres e que, nesse jogo amoroso, ser amada por

um homem compensaria a sua pouca liberdade social. Porém, desconfiamos que essa seja a única explicação possível. Quando pensamos o tipo de amor narcísico como a principal escolha objetal das mulheres, não seria isso uma denúncia escancarada de que os homens são postos como centrais na organização narcísica das mulheres em nossa sociedade? E, ainda, colocar a questão de serem amadas por um homem como um recurso a compensar a pouca liberdade, não seria a prova do empobrecimento subjetivo no qual as mulheres estão aprisionadas em função da lógica social?

Zanello (2018) traz que

Dizer que o dispositivo amoroso apresenta-se como um caminho privilegiado de subjetivação para as mulheres em nossa cultura, significa dizer que as mulheres se subjetivam, na relação consigo mesmas, mediadas pelo olhar de um homem que as “escolha”. Isto é, o amor, ser escolhida por um homem, é um fator identitário para elas. Diz acerca de certa forma de amar que a elas é interpelada (ZANELLO, 2018, p.84).

Por que para as mulheres serem escolhidas e amadas por um homem se refere a suas próprias identidades e impõe formas subalternizadas de percepção de si mesmas? Quando observamos o panorama social em que as mulheres estão inseridas, as saídas para essa resposta em relação ao tipo de escolha narcísica proposto por Freud (1914) podem ser outras. Zanello (2018) mostra que “O que está em xeque é a legitimidade da mulher como mulher, sua necessidade de ser ‘validada’ pelo olhar desejante de um homem. A possibilidade de ser ou se sentir passível de ser escolhida. (ZANELLO, 2018, p.88)”. Ou seja, se trata do fato de que as mulheres só têm algum valor social ou possibilidade de ser visível se um homem as escolher, e, portanto, as amarem. Porém, Valeska (2018) vai mostrar adiante que, depois de serem escolhidas por um homem, não irão estar finalmente livres, mas cada vez mais subalternizadas e assujeitadas material e simbolicamente, na constante responsabilidade de manter a relação para garantir o seu valor.

Além dessa possibilidade de reinterpretação do tipo de escolha amorosa narcísica, podemos aqui abrir um espaço para problematizar o tipo de escolha por apoio, proposta por Freud (1914). O autor propõe que o outro tipo de escolha, que seria a escolha por apoio, se refere à mulher nutriz e o homem protetor. Essa escolha objetal, que seria característica do homem, se refere a superestimação sexual, derivado de um narcisismo original da criança que transpõe ao objeto sexual a figura dos primeiros cuidadores na infância (Freud, 1914). Temos, aqui, os papéis de gênero bem definidos, conforme o social ordena. O que podemos pensar é que

se esse tipo de escolha rememora aos primeiros cuidadores - a mãe dedicada, que cuida, que nutre ou o pai que protege, que é viril - estamos falando de um modelo ideal de família alimentado e legitimado pela lógica social heteronormativa e patriarcal. Modelo esse que estabelece ideais que à primeira vista parecem se fazer cumprir na realidade, mas que quando analisamos por outras perspectivas - como a que propomos aqui - se mostram fadados ao fracasso e violentos.

A reflexão sobre esses dois tipos de escolha objetal nos leva a pensar o que já havíamos afirmado anteriormente. Não é possível pensar em constituição psíquica e seus desdobramentos, como na vida amorosa que é o que estamos nos dedicando a analisar, sem que nos debruçamos sobre as consequências que os regimes de poder exercem na vida dos sujeitos, principalmente das mulheres. As relações amorosas possuem inúmeras nuances que não tratam apenas do sentimento amoroso. E, uma das faces perversas que o amor - em nossa sociedade - instaura na vida das mulheres é a lógica da *prateleira do amor*.

Zanello (2018) além de apresentar o conceito de dispositivo amoroso, complementa a análise a respeito da vida amorosa das mulheres mostrando que existe uma hierarquia amorosa baseada em ideais estéticos. A autora explica então que

(...) as mulheres se subjetivam na 'prateleira do amor'. Essa prateleira é profundamente desigual e marcada por um ideal estético que, atualmente, é branco, loiro, magro e jovem. Trata-se de uma configuração cuja construção histórica foi impulsionada pelo crescimento do individualismo e do capitalismo (ZANELLO, 2018, p.84).

O que a autora desvela então é que, tal como objetos, as mulheres são reduzidas aos seus atributos físicos e dispostas na prateleira à espera de um homem que as escolha e assim elas terão reconhecimento e aprovação social. Assim, para que se possa estar em uma boa posição na prateleira do amor é preciso que se esforce e se adeque às normas e padrões exigidos as mulheres, já que não ser escolhida denotaria um fracasso pessoal. Todo esse cenário é violento às mulheres, às vulnerabiliza e destrói qualquer possibilidade de fortalecimento da autoestima. E reafirma uma ideia cruel de que amor é merecimento, portanto se a mulher não for amada - por um homem - isso demonstra que ela não merece valor algum.

A disputa na prateleira do amor vai se relacionar diretamente com questões raciais. Zanello (2018) aponta como a prateleira do amor escancara o racismo e todas as violências às quais mulheres negras - e podemos acrescentar mulheres

indígenas - estão submetidas. A branquitude vale como um capital matrimonial, já que as mulheres brancas são vistas como as mulheres “casáveis” (Zanello, 2018). Assim, é imposto às mulheres negras que, para que possam alcançar uma posição “privilegiada” na prateleira passem por diversos procedimentos estéticos violentos, como clareamentos de pele, alisamento do cabelo e tantos outros. O dispositivo amoroso não está só a serviço da misoginia, mas conjuntamente a serviço da manutenção do racismo.

E, quando essas mulheres entram em uma relação, o cenário é de extrema violência, já que são a maioria das vítimas de feminicídio no Brasil. O Atlas da Violência de 2019 aponta que 66% das mulheres assassinadas no nosso país eram mulheres negras. Os dados ainda mostram que em 11 anos a taxa de homicídio de mulheres não negras reduziu em 27% enquanto em relação às mulheres negras aumentou 2%. Isso significa que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra.

Há também uma fetichização de seus corpos onde, muitas vezes estão em uma relação, mas não são assumidas publicamente. Assim, há um preterimento afetivo que ataca a identidade dessas mulheres, às violentando não só física e sexualmente, mas também simbolicamente (Zanello, 2018). Portanto, não é possível pensar nos efeitos do dispositivo amoroso igualmente a todas as mulheres, pois isso seria ignorar a intersecção das violências produzidas pelo racismo e pelo machismo às mulheres negras. Grada Kilomba (2019) alerta para as consequência dessa homogeneização quando se comete o erro de falar de mulheres de forma universalista, a autora diz que

Mulheres negras têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o *sujeito* é o homem *negro*; um discurso genderizado no qual o *sujeito* é a mulher *branca*; e um discursos de classe no qual “raça” não tem nem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria (KILOMBA, 2019, p.97).

Então, é fundamental que tomemos o dispositivo amoroso com uma ferramenta de análise das vivências amorosas das mulheres em seus mais diversos contextos, sem reduzir a uma única explicação.

Um outro efeito que a prateleira do amor produz é o da rivalidade entre as mulheres. Uma vez que, é preciso disputar continuamente uma posição favorável na prateleira, o que exige constante vigilância e disputa, Zanello (2018, p.89) aponta que “ser escolhida é sempre um valor relacional, ou seja, produzido na comparação

com outras mulheres disponíveis também nessa prateleira simbólica”. Assim, a disputa não é entre um homem específico, mas por ser escolhida por um homem. Essa disputa ocupa um tanto de energia psíquica, e, mais uma vez, as mulheres têm suas dimensões subjetivas cerceadas e fragilizadas. Porém, alcançar uma boa posição na prateleira não é uma garantia de vitória. O que a prateleira do amor impõe às mulheres é uma eterna carência de ser, um estado de insatisfação constante. Não há qualquer fomento da autonomia das mulheres no momento da escolha amorosa, mas sim a reafirmação de uma posição de submissão, posição de ser escolhida. Zanello (2018, p.90) salienta que “dizer que são as mulheres que se subjetivam no dispositivo amoroso não quer dizer que os homens não amem, mas que amam de forma diferente, na qual sua identidade não está em cheque”.

E toda essa falta de protagonismo em relação à escolha amorosa traz dois aspectos importantes para pensar essa lógica como adoecedora para as mulheres: a centralidade das dimensões da vida amorosa e a dependência psicológica. Se entendemos, então, que amar e ser amada para as mulheres denota um valor identitário, a busca por esse reconhecimento produz uma série de prejuízos na economia psíquica e que, em grande medida, pode as levar para fins trágicos. Vale ressaltar que essa “busca por reconhecimento” não se trata de uma escolha ativa e consciente por parte das mulheres, mas de que em nossa sociedade são disponibilizados recursos escassos e empobrecidos de reconhecimento de si para as mulheres e em sua maioria são recursos associados ao valor que lhes é atribuído por homens.

A centralidade da vida amorosa para as mulheres as leva a concentrar todos seus investimentos libidinais, ou pelo menos grande parte deles, em uma única dimensão. Isso gera um enorme desequilíbrio na balança libidinal e que, pode estar diretamente atrelado a um adoecimento psíquico. É preciso que se possa investir em si mesma e em outras pessoas, e que se possa ser investida na mesma medida pelo outro também. Freud (1914) destaca que

(...) na vida amorosa não ser amado rebaixa o amor-próprio, enquanto ser amado o eleva. Como afirmamos, ser amado representa o objetivo e a satisfação na escolha narcísica do objeto. É fácil observar, além disso, que o investimento libidinal de objetos não aumenta o amor-próprio. A dependência do objeto amado tem efeito rebaixador; o apaixonado é humilde (FREUD, 1914, p.46).

Quando Freud fala que “o apaixonado é humilde” podemos pensar que, dado o contexto afetivo em que as mulheres estão inseridas, não se trata apenas

necessariamente de uma humildade, mas de uma subalternização. O que vemos na realidade é a falta de reciprocidade de investimento nas relações amorosas heterossexuais, por parte dos homens. Então, temos um cenário onde as mulheres não investem nem em si próprias e nem são investidas na mesma medida em que investem. Uma realidade de solidão afetiva. Como aponta Zanello (2018)

Faz-se mister destacar, assim, que o investimento afetivo/pulsional em uma relação heterossexual e na manutenção dela quase nunca é o mesmo para mulheres e homens. Ele é gendrado. São relações mais ou menos assimétricas, em que a reciprocidade de investimentos raramente existe” (ZANELLO, 2018, p.91).

E, então, percebemos como outra consequência, apontada anteriormente, a dependência psicológica. Um dos pilares do dispositivo amoroso é justamente afirmar que a coisa mais importante que pode existir na vida das mulheres é o amor de um homem que as escolheu. Os efeitos disso é que as mulheres estão em constante posição de vulnerabilidade já que para sustentar essas relações suportam inúmeras violências de todas as ordens, físicas, sexuais, afetivas e materiais. Zanello (2018) nos mostra que

Assim, muitas mulheres acabam por se casar com o próprio casamento, independentemente do parceiro que arranjam, e principalmente, da satisfação ou não que tenham com essa relação. Muitas mulheres suportam melhor o desamor do que não ter alguém. E adoecem. Não pelo amor, como uma entidade metafísica, mas por um modo de entender a vida e o amor como questão identitária (ZANELLO, 2018, p.95).

Podemos pensar que as mulheres suportam o desamor, em razão de que, em nossa sociedade o amor que é ensinado para homens e mulheres está de mãos dadas com a violência. A um é dado o direito de matar, ao outro morrer ou suportar uma morte subjetiva em vida. Os fins trágicos que o dispositivo amoroso agencia se expressam nos números alarmantes de feminicídio, violências domésticas e adoecimentos psíquicos que interditam a vida de mulheres nos mais diversos contextos.

A partir da reflexão que propomos é possível perceber que as relações amorosas são um campo necessário a ser discutido, pois a partir dele podemos adentrar em camadas mais profundas que as lógicas dos regimes de poder produzem como consequência na vida das mulheres, pensá-los de forma interseccional é fundamental. O trabalho em questão, privilegia o âmbito dos relacionamentos amorosos, mas é importante salientar que o campo libidinal em psicanálise não se resume ao campo amoroso, mas refere-se aos diversos âmbitos

de investimento em si e em objetos do mundo externo. E isso nos faz pensar em todas as outras dimensões da vida das mulheres. Muitas vezes percebemos que se os investimentos e o reconhecimento não vem de homens têm menos valor na lógica social e subjetiva. Até que ponto essa dinâmica não se estende para as relações de trabalho, para as relações de amizade, por exemplo? A partir da via amorosa fomos levados a perceber que os atravessamentos de gênero e suas intersecções com raça são fatores fundamentais para pensarmos as especificidades da constituição narcísica das mulheres.

3 Considerações Finais

O trabalho se dedica em trazer à cena o amor sob outra perspectiva que não somente a experiência privada de cada mulher. Percebemos que, a temática do amor, especificamente, do amor romântico, ainda é entendida como uma experiência livre dos efeitos dos regimes de poder. Ao contrário, o que a discussão nos aponta é que o amor romântico, em nossa sociedade, é uma ferramenta eficaz do patriarcado para o aprisionamento não só material, mas principalmente subjetivo das mulheres.

Logo, negar as dimensões sociais, como gênero, raça, classe, sexualidade, etc, que atravessam as relações amorosas seria invisibilizar e deslegitimar as tantas violências em que as mulheres estão submetidas dentro desses vínculos. A partir do conceito de dispositivo amoroso temos algumas pistas a respeito da forma como esse dispositivo age na vida das mulheres, antes mesmo do momento de uma relação se iniciar e que pode provocar intenso adoecimento psíquico. Dialogando junto a psicanálise, entendemos que o dispositivo amoroso está presente ao longo do processo de constituição narcísica das mulheres, através da forma como são investidas e expostas desde a infância a uma série de normativas que cerceia e regula seus corpos e constrange a manifestação livre dos seus desejos.

As consequências que o dispositivo amoroso agencia na vida das mulheres é a de, a partir da ideia de que o valor da mulher será dado por um homem que às escolha, se manterem numa posição subalternizada que as submetem a uma série de vulnerabilidades e ataca diretamente a autoestima e autonomia. Em função disso, as mulheres acabam em situações de profunda dependência psicológica, permanecendo em relações extremamente violentas. Os números exacerbados de feminicídio e violência doméstica é uma denúncia a esses modelos de relação que foi histórico, social e culturalmente construído e imposto - e que segue sendo hegemônico. É preciso que as mulheres possam, também no amor, falar em voz própria.

Os desafios desta pesquisa surgem justamente por problematizar essa dimensão das relações a partir de uma perspectiva de gênero. Não há qualquer intenção de um julgamento moral a respeito das relações, mas sim de nos sensibilizarmos e atentarmos aos “sutis” desdobramentos que as violências de gênero podem apresentar. Outro desafio concerne ao debate de gênero dentro da psicanálise. Seria injusto não considerar que há um movimento de inúmeras/os

psicanalistas que trabalham com uma psicanálise contemporânea e eticamente implicada com os atravessamentos sociais. Porém, é um trabalho que não deve cessar, precisa se manter constante e combativo. Portanto, assumimos que esse trabalho carrega a intenção de não se omitir frente a fundamentos teóricos da psicanálise que precisam ser revistos e postos a uma crítica necessária. Expor incoerências teóricas e formulações já ultrapassadas ao passo de propor novas costuras teóricas só revela a potência de uma psicanálise viva quando comprometida histórica e socialmente.

Por fim, entendemos que nosso trabalho reside na provisoriedade, sem qualquer pretensão de se afirmar enquanto uma única explicação, mas de suscitar a discussão e novos estudos. Para que possamos pensar não só num modo mais sustentável de viver às relações amorosas, mas de, a partir da identificação dessas violências, criarmos ferramentas que possam proteger as mulheres. E, que, deve ser papel irrevogável da psicologia e da psicanálise estar atenta a essas violências trabalhando contundentemente a favor da vida das mulheres.

Referências Bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Angela Maria Menezes de. **Feminilidade: caminho de subjetivação**. Estud. psicanal. Belo Horizonte, n. 38, p. 29-44, 2012.
- ARÁN, Márcia. **Feminilidade, entre Psicanálise e Cultura: esboços de um conceito**. Physis: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, p. 169-195, 2000.
- BIRMAN, Joel. **Cartografias do Feminino**. 1a ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- BIRMAN, Joel. **Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise**. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BUTLER, Judith. **Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory**. In: Theatre Journal v. 40, ed. 4, p. 519-531, 1998.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1a ed. São Paulo: Elefante, 2017.
- FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Tradução e notas Paulo César de Souza. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. **O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)**; tradução Paulo César de Souza. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. Tradução Paulo César de Souza. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência**. 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>
- GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- HARAWAY, Donna. **“Gender” for a Marxist Dictionary: the Sexual Politics of a Word**. In: Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature. Londres, Free Association Books Ltd., 1991, capítulo 7, pp.127-148. Tradução: Mariza Corrêa. Cadernos Pagu, 2004.
- KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1a ed. Editora: Cobogó, 2019.

LAPLANCHE, Jean. **Sexual:** a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000- 2006. 1a ed. Editora Dublinense, 2015.

Ribeiro, P.; Belo, F. (2016). **NARCISISMO, GÊNERO E SEXUALIDADE: APROXIMAÇÕES ENTRE LICHTENSTEIN, FERENCZI, LAPLANCHE E BUTLER.** In Birman, J. Fulgêncio, L. Kupermann, D.; Cunha, E. (2016). Amar a si mesmo e amar o outro: narcisismo e sexualidade na psicanálise contemporânea. São Paulo: Zagodoni, pp.113-127.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. 1a ed. Editora Appris, 2018.